



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA**

ELIEZER HENRIQUE DA SILVA SOUSA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA
ZONA DO CINTURÃO VERDE DE CODÓ - MA**

São Luís - MA

2022



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA**

ELIEZER HENRIQUE DA SILVA SOUSA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA
ZONA DO CINTURÃO VERDE DE CODÓ - MA**

Monografia apresentada ao curso de Geografia
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA para a obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra

São Luís - MA

2022

Sousa, Eliezer Henrique da Silva.

Movimentos sociais e conflitos socioterritoriais na zona do Cinturão Verde de Codó - MA / Eliezer Henrique da Silva Sousa. – São Luís, 2022.

60 f

Monografia (Graduação) – Curso de Geografia Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra.

1.Camponeses 2. Movimentos sociais. 3.Conflitos. 4.Codó. I.Título.

CDU: 911.3:316.48(812.1)

ELIEZER HENRIQUE DA SILVA SOUSA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA
ZONA DO CINTURÃO VERDE DE CODÓ - MA**

Monografia apresentada ao curso de Geografia
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA para a obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

Aprovada em: 09/01/2023

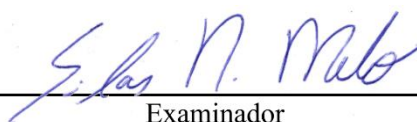
BANCA EXAMINADORA



Orientador

Prof. Dr. Ademir Terra

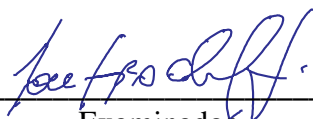
Universidade Estadual do Maranhão (CECEN/DGEO)



Examinador

Prof. Dr. Silas Nogueira de Melo

Universidade Estadual do Maranhão (CECEN/DGEO)



Examinador

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior

Universidade Estadual do Maranhão (CECEN/DGEO)

*Dedico este trabalho, in memória a
minha mãe Fabia Cristina da Silva
Sousa, como milhares de brasileiros e
brasileiras, foi vítima da COVID-19.
Mulher guerreira que teve a vida
ceifada em mais um genocídio
instaurado pelo Estado Brasileiro.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus e a minha família, que sempre serão a minha base de sustentação.

Como dito na dedicatória deste trabalho, a minha mãe foi vítima da política nefasta da morte promovida pelo genocida Jair Messias Bolsonaro. A displicência e negligência deste desgoverno ante a maior pandemia da nossa geração, comprovou não só a sua incompetência, mas o quão ruim o nosso sistema político está corrompido pelas negociatas no parlamento em detrimento do nosso povo que morreu sem oxigênio Brasil à fora.

A minha mãe, Fabia Cristina da Silva Sousa, que sempre foi o meu porto seguro, minha companheira e maior fã, a reciprocidade em uma relação mãe e filho, perdi a minha melhor amiga. Dito isto, além de dedicar este trabalho, agradeço pelas lutas diárias e por sempre acreditar que a educação transforma.

Ao meu pai, Ezequias Henrique de Sousa, obrigado pelo auxílio prestado para chegarmos neste momento, as conversas e o direcionamento dado, quando solicitado.

A minha irmã, Hellen Raquel da Silva Sousa, agradeço pelas conversas e motivações, espero da mesma forma, ser fonte de inspiração para você, como você é para mim.

A minha filha, Maria Alice Almeida de Sousa, você que no final das contas, foi a grande responsável pelo meu ingresso no curso de Geografia da UEMA e nem sabe disso. Você é a grande razão de continuar lutando.

Gostaria de agradecer um amigo que conheci na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Vanderson Viana Rodrigues, que ao longo desta árdua trajetória, saímos de amigo à parceiros de pesquisa. São inúmeras histórias nos campos (Codó, Barreirinhas, Alcântara, dentre outros), que não caberiam neste agradecimento. Se provou um camarada valoroso, a você deixo um recado: “Me parece, que o Socialismo cresce!!! *Hasta siempre, Comandante.*”

A Polianna Geysa Silveira Rodrigues gostaria de agradecer imensamente pelos incentivos diários e por sempre acreditar em mim, você foi fundamental para eu chegar até aqui, saiba que eu me espelho muito na sua trajetória, os seus ensinamentos em sala de aula foram fundamentais, inclusive indispensável sua participação nas disciplinas de estágio.

Agradecer ao professor Dr. Ademir Terra e ao Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo – GEPQAM pela oportunidade de ser integrante do grupo, e pelas tantas pesquisas que desenvolvemos. Professor, gostaria de lhe agradecer por ter topado ser meu orientador neste trabalho, bem como em todos os outros da minha vida, quero lhe dizer que é uma honra seguir os seus direcionamentos.

Agradecer ao Presidente eleito pela terceira vez, Luís Inácio Lula da Silva, e a Ex-Presidenta Dilma Vana Rousseff, os grandes responsáveis pela mudança de patamar da ciência e pesquisa no Brasil, vocês abriram as portas para milhares de da Silvas, como eu a ingressar na universidade pública. Hoje sou o primeiro da minha família a defender um trabalho de conclusão de curso em uma universidade pública, e serei o primeiro da minha casa a receber a titulação de Graduado, vitórias que os da Silvas, Santos e entre outros sabem, o real valor em um país que a segregação de raça e renda são reverberadas todos os dias.

Ao Governo do Estado do Maranhão, na pessoa do Ex-Governador Flávio Dino, pela revolução que se fez no sistema educacional maranhense, a exemplo disto cito-me, pois sempre estudei em escola pública, logo conheço bem a realidade.

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, que conseguiu sobreviver aos tempos difíceis de cortes na educação, promovidas pelo Governo Federal.

A FAPEMA pela ampla gama de assistência estudantil e a seriedade do trabalho que tem sido desenvolvido. Fui bolsista durante 3 anos, e podemos observar o nível de seriedade para com a pesquisa e ciência realizada por esta estimada instituição.

Gostaria de agradecer aos docentes do Curso de Geografia da UEMA, professores e professoras altamente qualificados, que retribuem a sociedade maranhense através das pesquisas e formando Geógrafos e Geógrafas de excelente qualidade.

Aos camponeses e camponesas de Codó os meus mais sinceros agradecimentos, vocês dispõem de uma força incansável para permanecer firmes na luta, gostaria de agradecer também as entidades de bases e movimentos sociais de Codó, em especial ao presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Codó - STTR.

Agradecer também, aos moto-taxistas de Codó, sabemos que passar o dia no sol acompanhando bolsista nas comunidades é cansativo e estressante.

RESUMO

A fim de compreendermos as dinâmicas socioterritoriais, bem como as modificações no Município de Codó decorrente dos processos geohistóricos de construção da sociedade codoense, como se é conhecida na atualidade, para tal, será tecida análises nos mais diversos campos teóricos/analíticos a iniciar-se pelas movimentações nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Este trabalho tem por proposta analisar as lutas de classes presentes no território de Codó – MA, bem como seus distintos interesses que se desdobram em conflitos e confrontos socioterritoriais e socioespaciais, explicitando as contradições impostas pelo Estado Burguês, o qual subsidia as desigualdades e acirra os embates por interesses difusos entre os atores sociais. Desta forma, aprimorando-se para o recorte de trabalho, nota-se a presença de dois atores sociais, que seguindo a linha marxista de sistematização das classes, representam duas classes, ou seja, a classe trabalhadora, que será representada pelos camponeses, e a classes “dominante”, composta pela burguesia rural, que empregam o agronegócio como mecanismo de dominação da agricultura hegemônica, e os conflitos que permeiam esses processos. Neste sentido, busca-se interpretar a realidade da população através dos indicadores sociais e econômicos, para assim distinguir os agentes presentes na dualidade dialética, do ponto de vista da análise, mediante os entraves e divergências dos sujeitos antagônicos da economia.

Palavras – Chave: Classes sociais; Campesinato; Agronegócio, Território.

ABSTRACT

In order to understand the socio-territorial dynamics, as well as the changes in the Municipality of Codó due to the geohistorical processes of construction of the society of Codó as we know it today, for this, we will make analyzes in the most diverse theoretical/analytical fields, starting with the movements in the structures economic, social and cultural. This work aims to analyze the class struggles present in the territory of Codó-MA, as well as their different interests that unfold in socio-territorial and socio-spatial conflicts and confrontations, explaining the contradictions imposed by the Bourgeois State, which subsidizes inequalities and intensifies the clashes for diffuse interests among the social actors, thus, improving for our work clipping, it is noticed the presence of two social actors, that following the Marxist line of systematization of the classes, represent two classes, that is: the working class, which will be represented by the peasants, and the “dominant” classes, composed by the rural bourgeoisie, who use agribusiness as a mechanism of domination of hegemonic agriculture and the conflicts that permeate these processes. In this sense, we seek to interpret the reality of the population through social and economic indicators, in order to distinguish the agents present in the dialectical duality, from the point of view of analysis, through the obstacles and divergences of the antagonistic subjects of the economy.

Keywords: Social classes; Peasantry; Agribusiness, Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Localização do município Codó - MA	14
Figura 2 – Esquema metodológico do trabalho	17
Figura 3 – Atual prédio da antiga fábrica de tecidos – Escola Liceu codoense	28
Figura 4 – Fábrica de tecidos em Codó, MA - 1957.....	28
Figura 5 – Trecho do Rio Itapecuru na cidade Codó	29
Figura 6 – Terecô de Codó no Terreiro do Mestre Bitá do Barão - Codó/MA	30
Figura 7 – Instituto Histórico e Geográfico de Codó	30
Figura 8 – Área de cultivo de cana-de-açúcar	38
Figura 9 – Pivô em meio a plantação de cana-de-açúcar da Itapecuru Biocombustíveis ...	46
Figura 10 – Plantação de cana-de-açúcar	46
Figura 11 – Logo do programa	48
Figura 12 – Sacos de sementes	48
Figura 13 – Plantio agroecológico de alface	48
Figura 14 – Área de plantio coletivo da comunidade	49
Figura 15 – Área de uso comum camponês	50
Figura 16 – Riacho da área quilombola	50

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conflitos agrários no município Codó - MA no período de 2000 a 2021	39
--	----

QUADROS

Quadro 1 – Respostas dos questionários aplicados aos camponeses no ano de 2021	50
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. TERRITÓRIO E CAMPESINATO: QUESTÕES TEÓRICO POLÍTICAS	20
2.1 Categoria geográfica território	20
2.2 CAMPESINATO: uma classe contraditória ao capital	22
3. O MUNICÍPIO DE CODÓ - MA: PERCURSOS E GEOGRAFIAS	27
3.1 Codó, formação e território	27
4. O CAMPESINATO FRENTE À EXPANSÃO DOS AGRONEGÓCIOS: CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS	32
4.1 Conflitos e luta de classes	32
4.2 Conflitos socioterritoriais no município de Codó	38
4.3 Colapso social e o trabalho análogo à escravidão em Codó	40
5. GEOGRAFIAS E PRÁTICAS TERRITORIAIS EM QUESTÃO: A ZONA DO CINTURÃO VERDE DE CODÓ	44
5.1 Território quilombola de Queimadas	44
5.2 Cultivos de resistência e empoderamentos das comunidades	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	59

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO



Capítulo I

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como ponto de partida os questionamentos gerados durante a realização de três pesquisas relacionadas ao projeto de Iniciação Científica – IC, intitulado “Conflitos socioterritoriais entre camponeses e agentes da territorialização do agronegócio em Codó no Maranhão” ligado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo – GEPQAM do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Neste projeto tratamos, especificamente, dos impactos socioterritoriais que a agricultura científica globalizada do agronegócio ligado, especificamente, a produção de cana-de-açúcar na Microrregião de Codó tem causado, e seus reflexos na vida das comunidades camponesas que se desdobram em conflitos.

Diante do nosso percurso, em relação a participação na pesquisa, realizamos visitas ao município de Codó, onde nós chegamos a conhecer uma parte significativa das dinâmicas entre as distintas formas de desenvolvimento promovidas pela monocultura mecanizada. Visitamos também alguns assentamentos rurais, que nos proporcionou o contato com realidades camponesas distintas, e regiões de intensos conflitos entre camponeses e a indústria da cana.

A Mesorregião do Leste Maranhense permaneceu por mais de dois séculos ocupada pela pecuária extensiva e pela tradicional agricultura camponesa (estruturada em práticas tradicionais), no “intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas” (CARVALHO & COSTA, p. 29, 2012), fatores que estruturaram estas ações como as principais atividades econômicas da região.

Contudo, os mecanismos de inserção territorial de indústrias e fazendas de produção mecanizadas vêm tomando espaço na Microrregião Geográfica de Codó, reestruturando a economia tradicional e conturbando as estruturas socioeconômicas tradicionais. Neste sentido, compreendemos que “para se territorializar no campo, o capital expropria, violenta, escraviza, mata! Novas dinâmicas naturais também são criadas a partir dessas relações sociais, que modificam o espaço por meio de diferentes formas de desterritorialização e reterritorialização” (SODRÉ, p. 15, 2015).

A Mesorregião hoje é uma área marcada pela tensão entre a territorialidade dos novos atores sociais, que ingressaram na região para viabilizar a espacialização do agronegócio, e a territorialidade camponesa e dos povos originários, que há séculos residem na área.

Assim, em virtude do avanço da agricultura científica globalizada, o município vem se inserido na conjuntura agrícola tecnificada, de forma ainda incipiente, mas já é possível observar os tentáculos estendidos sobre as terras desse município, pois esta nova estrutura econômica, que tende a se expandir, tem como chave a predominância pelo cultivo da cana-de-açúcar, soja e da silvicultura, que está representada pelo cultivo de eucalipto, tais commodities atraí cada vez mais empreendimentos voltados para o setor, transformando terra de trabalho camponês em terra de negócio do capital (MARTINS, 1991).

O município de Codó é hoje uma área marcada pela tensão entre a territorialidade dos novos atores sociais, que ingressaram na região e no município para viabilizar a espacialização do agronegócio, e a territorialidade camponesa, que há séculos habitam na região.

A pesquisa propõe colocar em análise o processo de territorialização, a espacialização, bem como as consequências do agronegócio na Mesorregião Leste Maranhense e, em especial, no município de Codó, área marcada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, imprimindo profundas mudanças na base técnica e produtiva da agricultura regional, além de promover uma reestruturação territorial no espaço rural e urbano.

A análise desse processo conflituoso, pautar-se-á na compreensão e distinção dos principais atores sociais envolvidos, dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder (ZHOURI & OLIVEIRA, 2007), e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do espaço e seus recursos naturais, para que as interrelações sejam mapeadas e as conexões entre as esferas locais, regionais e nacionais sejam compreendidas.

Levando em consideração as consequências negativas, que o avanço das atividades ligadas ao agronegócio traz para as comunidades camponesas da Mesorregião região do Leste Maranhense, é extremamente importante o estudo acerca da temática, pois a discussão que está sendo pontuada diz respeito às atividades agrícolas técnico-científicas globalizada, e seus impactos no modo de vida dos camponeses do município de Codó no Maranhão.

Neste sentido a falácia da reforma agrária, o menosprezo e até a violência dos agentes públicos das diferentes escalas de Governo em relação aos camponeses, se materializa nos registros de conflitos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, evidenciando a seletividade das políticas agrícolas e sociais, a reificação e a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo, consubstanciando nos conflitos agrários, os quais são propositalmente ignorados pela imprensa dominante local.

Assim, a presente proposta de pesquisa, mostra-se relevante, pois pretende trazer à “luz” a atual conjuntura social, bem como os conflitos socioterritoriais que ocorrem no

município de Codó no Maranhão, oriundos da espacialização da lavoura técnico científica globalizada. O tema proposto, apesar da sua relevância, é pouco difundido pela imprensa dominante local e negligenciado pelos órgãos públicos, mantendo-o oculto pela “cortina verde” do agronegócio, que supostamente promove o “desenvolvimento” local, destacando tão somente os lucros advindos da produção e negligenciando os custos ambientais e sociais causados pela expansão desse modo de produção sobre os territórios tradicionais preexistentes.

O processo de territorialização, espacialização, bem como as consequências e ações que já estejam ocorrendo no município de Codó em consequência das intervenções econômicas do agronegócio, tendo em vista que a área é crescentemente marcada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo que vem imprimindo profundas mudanças na base técnica e produtiva da agricultura regional.

Nota-se que as ações que na atualidade reorganizam as economias do município, além de promover uma reestruturação territorial no espaço rural e urbano, vem tornando ainda mais complexa a realidade dessa unidade territorial do Maranhão, a qual, sem dúvida, promove importantes mudanças na economia regional, contudo, do ponto de vista social, há que se questionar o que de fato mudou, a quem tem beneficiado tal reestruturação produtiva e qual o custo social da produção agrícola na lógica do agronegócio.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo analisar os conflitos socioterritoriais que surgem entre os camponeses e a territorialização da agricultura científica globalizada nas comunidades camponesas do território, Queimadas na zona do Cinturão Verde do município de Codó no Maranhão, assim como as principais mazelas provocadas pela territorialização e espacialização da fronteira agrícola no município e a resistência campesina organizada pelos sindicatos no território codoense.

Para isto, fez-se necessário: a) Com base em reflexões teóricas, e partindo das análises geográficas da categoria território, caracterizar os conflitos socioterritoriais; b) Traçar um perfil dos principais conflitos socioterritoriais que ocorrem no território, Quilombola de Queimadas no Cinturão Verde de Codó, bem como buscar compreender as ações por parte das lideranças camponesas frente às articulações do agronegócio no município; c) Analisar o papel do Estado em suas correlações com os conflitos socioterritoriais no município de Codó, refletindo sobre as políticas e programas utilizados nas comunidades do território de Queimadas.

Para alcançar tais objetivos, será empregado o método dialético com suporte na teoria do materialismo histórico (MARX, 1978; NETTO, 2011), pois este possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos). No percurso metodológico deste estudo, se vale em um

primeiro momento de uma pesquisa de caráter bibliográfico em busca de dados secundários realizada em livros, periódicos, anais de eventos e projetos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e às sociedades civis (PISCIOTTA, 2003).

Em um segundo momento, realizou-se trabalhos de campo, pois compreende-se a empiria como importante ferramenta para dar maior credibilidade à pesquisa (Figura 2). Nestes trabalhos, realizou-se entrevistas semiestruturadas, visando o levantamento de dados qualitativos sobre os conflitos socioterritoriais que emergem entre os camponeses e os sojicultores em razão do avanço do agronegócio no município.

Figura 2 – Esquema metodológico do trabalho



Fonte: SOUSA, 2021.

Nestes trabalhos de campo foi possível uma maior aproximação com o público-alvo, o que proporcionou uma visualização da realidade, bem como das peculiaridades do recorte espacial proposto. Além das entrevistas realizadas com os camponeses da comunidade do Aeroporto, localizada na zona do Cinturão Verde de Codó, realizou-se entrevistas (Apêndice A) com lideranças de importantes organizações que atuam na defesa no município, sendo elas: CPT local e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Codó.

A área escolhida para averiguação in loco surgiu a partir do desenrolar de análises dos Cadernos de Conflitos no Campo Brasil, publicados anualmente pela CPT nacional, assim a comunidade a ser visitada é um Projeto de Assentamento Rural sob a égide do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

- ✓ **Levantamento bibliográfico** – Entre os acervos que serão fonte de pesquisa temos: Portal de Periódicos (CAPES/MEC), Central de Documentação Dom Tomás Balduino (CDDTB/CPT Nacional), Biblioteca Central da Universidade Estadual do Maranhão (BC/UEMA);
- ✓ **Levantamento de dados/contatos** – Realizar-se-á coleta de dados junto à órgãos diversos como CPT – Maranhão, MST – Maranhão, MAB – Maranhão, MPA – Maranhão, STTR – Maranhão, AGERP, IMESC e o IBGE;
- ✓ **Trabalhos de campo** – Fundar-se-á em visitas técnicas, entrevistas semiestruturadas junto aos órgãos, camponeses da comunidade do aeroporto em Codó e agentes públicos envolvidos com a problemática;
- ✓ **Trabalhos técnicos** – Elaboração de mapas temáticos de localização do município, além de gráficos e tabelas.

CAPÍTULO 2

TERRITÓRIO E CAMPESINATO: QUESTÕES TEÓRICO POLÍTICAS



Capítulo II

TERRITÓRIO E CAMPESINATO: QUESTÕES TEÓRICO POLÍTICAS

Neste capítulo, apresenta-se alguns aspectos e elementos teóricos com base em análises dos processos de territorialização, espacialização e trajetória conceitual afim de buscar sistematizar as definições de Território e Campesinato, para isso apresenta-se às linhas de escrita em Categoria Geográfica Território e Campesinato: uma classe contraditória ao capital. Cenário esse construído para, em específico, apresentar o município de Codó, como uma cidade marcada pelo desenvolvimento do capitalismo no setor agrícola, infundindo mudanças complexas no cenário técnico e produtiva do capital, refletindo-se na agricultura regional, além de promover modificações territoriais no espaço rural e urbano, tornando-se ainda mais complexa às análises e indagações sobre conjuntura desse município, de características ímpar.

2.1 Categoria Geográfica Território

No que diz respeito ao território, Souza (2000, p. 78), nos explicita que o território é "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder", sendo este constituído a partir de relações assimétricas e de sobreposição, relações desiguais e acima de tudo capitalistas de toda de poder. Dessa forma, entende-se que o poder é algo individual, onde as ações e pensamentos de quem os possui, desta maneira, compreende-se que as relações de poder estão diretamente ligadas à luta pelo território e o desenvolvimento.

Ainda sobre território, com base nos pensamentos de Gottmann (2012), compreende-se o território como uma porção limitada do espaço geográfico, com suas multifuncionalidades e suas esferas, dessa maneira, pode-se entender o território como um recipiente físico, este recipiente seria a demarcação territorial, que é definida no campo jurídico/político pelo estado. "Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos" (GOTTMANN, 2012, p. 526).

Todavia, não podemos analisar o território apenas como delimitação de terras no campo político ou jurídico, o conceito de território apresenta complexibilidades singulares, no qual, o próprio Gottmann (2012) nos exemplifica a dinâmica do território, onde o uso do território pode ser distinto a depender de quem o domina, neste sentido, pode-se entender o território dividindo-o em duas esferas, uma como abrigo e a outra como recurso, e, mediante essas diferenciações empregadas sobre o uso do território, pode-se vislumbrar a instauração de um conflito.

Contudo, o território não se trata apenas do meio físico e suas características culturais, os recursos naturais, que o compõem, e os meios técnicos-científicos, que se utilizam, contudo sob aquela determinada área também compõem o território, assim seu conjunto de elementos o englobam e se complexibilizam as relações de poder. "O território é essencialmente um instrumento de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço e como? Detenhamo-nos, assim, um pouco do conceito de poder" (SOUZA, 2000, p. 79).

Após compreender esses processos, que permeiam o território e suas mais diversas utilizações, entende-se que os atores sociais que se utilizam do território como abrigo, desenvolvem um sentimento de apego ao território, ou apego territorial, o que, por conceito, é conhecido como territorialidades, por isso, sobre a territorialidade e suas relações, entende-se que "Territórios, que são no fundo antes relações sociais prejudicadas no espaço concreto (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades...[...])" (SOUZA, 2000, p. 87).

No que diz respeito a territorialização, deve-se salientar o processo inverso às territorializações, o processo de desterritorialização, haja vista que o território é sinônimo de soberania, o capitalismo num sistema de retirada de territórios não pela força ou expulsão das classes operárias rurais ou urbanas por meio de recursos bélicos, mas sim pelo deslocamento dos costumes tradicionais das classes trabalhadoras, seguindo a lógica do capital e da especulação imobiliária, sendo os agentes burgueses da cidade e do campo a promover a expulsão de atores sociais dos seus territórios em nome do lucro, esse procedimento é conhecido como desterritorialização.

Sobre esse processo, Fernandes (2006, p. 16) apud Harvey (2004, p. 115 - 148) nos explicita que:

O capital administra o processo de desterritorialização dos camponeses e também a sua reterritorialização com a mercantilização das políticas públicas, como por exemplo a reforma agrária. O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalistas. Este é um exemplo do processo acumulação por espoliação.

Ainda sobre isso, após concretizar-se a desterritorialização e a tomada e domínio do território, o capitalismo promove a reterritorialização dos que ainda pouco eram desterritorializados, dessa forma se configura um processo contínuo de tomada de território, desterritorialização e reterritorialização, o capital reterritorializa os agentes sociais em outro território, contudo o território em diversos casos é alheio aos desapropriados de território camponeses, indígenas e quilombolas.

Marcelo Lopes de Souza vai compreender que o território está diretamente ligado ao poder, sendo fundamental analisá-lo além do substrato espacial material, englobando processos

e dimensões econômicas, culturais e políticas (SOUZA, 2013). É importante salientar que o conceito de território esteve sempre atrelado ao poder, o território de maneira abrupta está compreendido como a base física de exercício do poder de determinado Estado.

No entanto, Haesbaert (2004) nos esclarece que: “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 20-21).

Compreendendo o território desta maneira, pode-se concluir que o território é multidimensional, não só atrelado ao poder legítimo, mas também a qualquer outra face de poder e de relações sociais que ocorram neste território. É notório que Haesbaert reforça a visão miltoniana do território, no entanto, lhe dando algumas outras atribuições, que denomina de territorialidade, desterritorialidade e multiterritorialidade.

A partir desse ponto, pode-se descrever que as identidades dos sujeitos dentro de um determinado território, levando em consideração os processos de apropriação (para reprodução social, para manutenção de sua cultura, etc.) dos grupos em um determinado espaço. O que chamamos, abertamente, de territorialidade de um grupo, pois vai além da dimensão política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, não como um bem de valor econômico, mas como um modo de (re)produzir seu território, como se organizam e dão significados ao lugar (HAESBAERT, 2004).

Quanto ao que o autor chama de desterritorialização, compreende-se que é quando determinado grupo é expulso do seu território tradicional, então esses povos são desterritorializados e, por último, a multiterritorialização é a pluralidade de signos e territorialidades existentes ao um convívio de multifacetadas de um mesmo território (HAESBAERT, 2004).

2.2 CAMPESINATO: uma classe contraditória ao capital

No cenário do campo brasileiro, dessa forma a classe operária, a resistência proletária, frente à burguesia do agronegócio, no campo, faz-se através do modo de vida da família camponesa, à qual entende-se ser “quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (MARX, 1978, p.114).

Desta forma, compreende-se o campesinato como alternativa contra hegemônica ao modelo tecnicista da produção mecanizada do agronegócio e como classe social que se contrapõe aos interesses capitalistas, contudo ora utiliza-se do que lhe é conveniente ao capital, outrora expurga a ele.

O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista (MARTINS, 1981, p. 12).

Diante desse contexto, em meio a esses processos, está inserido ao camponês, que compõe o mercado sem, no entanto, se deixar organizar pelo capital (TAUSSIG, 1980), admitindo ao camponês como uma classe social, e, portanto, parafraseando Shanin (1979), o campesinato é uma classe social em um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos, ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida camponês. Ou seja, é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Neste sentido, compreende-se que o camponês é um ator social de muitas singularidades, uma vez que se entende a produção campesina como uma produção não capitalista, haja vista que o camponês não se utiliza da economia mercantil, visto que o camponês não produz para vender. Para isso, sobre as características do campesinato, Rodrigues (2019) exemplifica, “camponês”, da seguinte forma:

O camponês é carregado de características e complexidades e tem na unidade de produção familiar a centralidade do seu trabalho e mão de obra, sempre ligado a terra/território seja por afeto ou cultivo, não busca acúmulo de capital diferenciando-se assim, de um microempresário familiar, microprodutor familiar, ou agricultor familiar, ele busca seu auto-sustento e auto-independência econômica e alimentar (RODRIGUES, p. 37, 2019).

Ainda sobre isso, o camponês, por não se preocupar com a lei de oferta e demandas do mercado, por exemplo, se configura como ator social estranho ao capitalismo, uma vez que ele produz, porém o cultivo é para o autossustento, o que é concebido por agricultura de subsistência e resistência pela/na terra e, portanto, “produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo de produção da sua existência” (OLIVEIRA, 1999).

Graças ao modo de vida camponês, que pratica uma agricultura de subsistência na lavoura campesina, raramente se emprega o uso de agrotóxicos, produzindo alimentos saudáveis e livre das amarras do agronegócio, pois emprega majoritariamente fertilizantes

naturais. Somente em tempos de envenenamento é que a forma de produção camponesa recebe o devido valor (por suas características totalmente orgânica, correspondendo ao modelo agroecológico de produção).

O modelo agroecológico é carregado de características e relações simbólicas, assim ele está impregnado com os valores campesinos, como a territorialidade, enraizamento e desenvoltura. Sobre esta perspectiva, Saquet (2007) considera que, para a construção dessa carga simbólica, o camponês faz emergir sua bagagem social e de luta, a qual ele construiu ao longo de sua trajetória de vida e de residência junto à sua família, de sua vivência e de luta contra o capital e as mudanças mercadológicas.

A constituição destas novas territorialidades envolve reflexões sobre uma nova sociedade que valorize os saberes locais, as relações de confiança, o respeito, a ajuda mútua, os movimentos sociais, a recuperação e a preservação da natureza, a produção ecológica de alimentos etc. (SAQUET, 2007 p. 151).

Para Terra e Rodrigues (2018), o camponês não é apenas um modo de vida, mas um conjunto heterogêneo de características sociais, econômicas, culturais e outras tantas, que compõe o modo tradicional de se ligar à terra. “Hoje, ele (o camponês) traz consigo muito mais que as marcas de uma vida penosa na lida com a terra: porta profundas marcas de luta e enfrentamento para se manter. [...] não busca acúmulo de capital diferenciando-se substantivamente do agronegócio” (TERRA; RODRIGUES, 2018, p. 249).

Os camponeses são caracterizados por serem auto gestores, tendo como elemento norteador de sua economia doméstica a diferenciação demográfica, que se baseia na relação trabalho-consumo, ou seja, o tamanho do roçado dos agricultores é determinado pela quantidade de membros da família. Os comunitários locais produzem grande parte de seus próprios utensílios, os quais são utilizados nas atividades cotidianas na agricultura e criação de animais, sendo este o capital acumulado dos produtores locais.

Camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

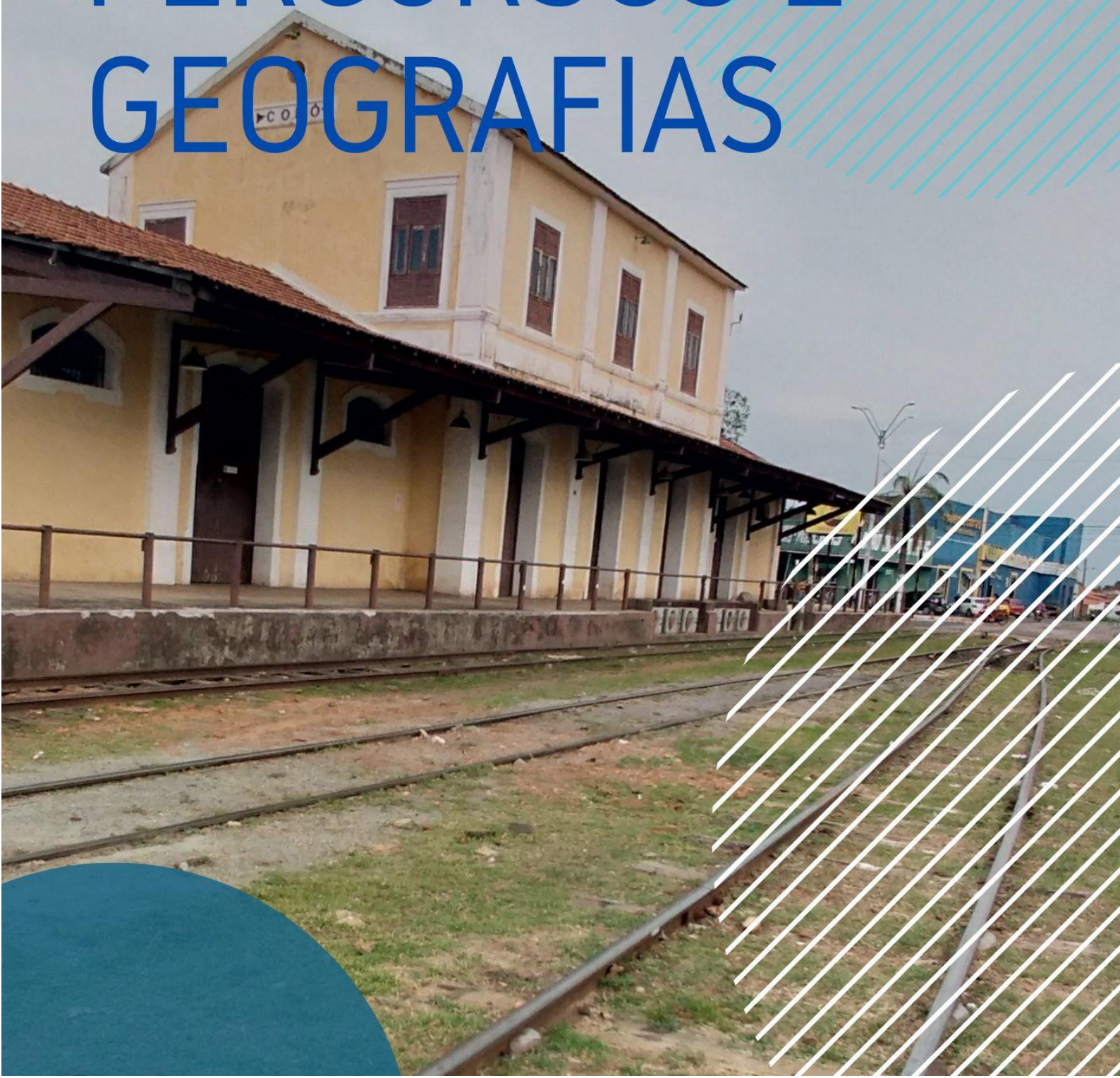
Contudo é válido ressaltar, que há outras relações de trabalho como, por exemplo, a parceria, a qual os agricultores trocam dias de trabalho voluntário entre si dada às condições financeiras dos trabalhadores. Fica claro que os camponeses não se subordinam à lógica de

mercado, pois eles têm outra dimensão da realidade, fundamentada nas relações simbólicas estabelecida no território que tem um dualismo entre a dimensão material e imaterial.

CAPÍTULO 3

O MUNICÍPIO DE
CODÓ-MA:

PERCURSOS E GEOGRAFIAS



Capítulo III

O MUNICÍPIO DE CODÓ – MA: PERCURSOS E GEOGRAFIAS

Neste capítulo, apresenta-se alguns aspectos e elementos que compõem a historicidade e a geograficidade presentes desde a fundação do município de Codó até os dias atuais, bem como apresenta-se as particularidades que constituem a microrregião de Codó, analisando a posição geográfica do município, e suas influências no atual corpo estrutural Estado do Maranhão, no que tange aos seus dispositivos físicos e naturais, como: rodovias e rios. Neste sentido, reitera-se o cartograma de localização geográfica que abrange, desde a mesorregião leste do Maranhão à Microrregião de Codó do município em específico.

3.1 Codó, formação e território

O município de Codó no Estado do Maranhão encontra-se localizado na Mesorregião do Leste Maranhense e é o maior município da Microrregião de Codó. O município tem como limite ao norte: os municípios de Coroatá, Timbiras e Chapadinha; ao sul os municípios Caxias, São João do Sóter, Gonçalves Dias, Governador Archer e Dom Pedro; a leste os municípios Chapadinha, Afonso Cunha, Aldeias Altas e Caxias; e a oeste com Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte, Peritoró, Coroatá.

A sua localização faz com que a cidade cede do município, a uma distância até a capital de 290 km, e fundada em 16 de abril de 1896 (124 anos) (PREFEITURA DE CODÓ, 2014), seja cortada pela BR-316 e a Ferrovia São Luís – Teresina que segue até Teresina e ao Porto do Itaqui em São Luís, e serve de principal porta de escoamento de mercadorias, como combustíveis, cimento e gusa (MACHADO, 1999).

De acordo com o IBGE o município Codó conta com uma área territorial de 4.361,344 km², com a população estimada, em 2021, de 123.310 pessoas (IBGE, 2021). Situado a 43 m de altitude e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 4°27'18" Sul e Longitude 43°52'44" Oeste (GOOGLE EARTH PRO, 2021).

O ano de 1780 marcou o início do povoamento do atual território do município Codó no Estado do Maranhão. A economia era baseada em atividades agrícolas desenvolvidas por aristocratas rurais maranhenses. “Um dos primeiros exploradores foi o agricultor Luís J. Rodrigues e o português Francisco M. Rodrigues. O povoamento também teve a participação de escravos e de imigrantes sírios e libaneses” (IBGE, 2021). No período colonial, Codó destacou-se pela produção de algodão, tendo a primeira indústria do município construída em

1892, e chamando-se de Companhia Manufatureira e Agrícola, de propriedade de Emílio Lisboa, e, depois, passada para Sebastião Archer (FERRETI, 2001) (Figura 4 e 5).

Figura 4 - Atual prédio da antiga Fábrica de tecidos – Escola Liceu codoense



Fonte: SOUSA, 2021.

Figura 5 - Fábrica de tecidos em Codó, MA - 1957



Fonte: IBGE, 2014.

A formação administrativa do município é descrita pelo IBGE (2021), e segue ressaltando a criação do distrito criado com a denominação de Urubu, pela Lei Provincial n.º 13, de 08-05-1835, onde atualmente é a cidade Codó, o ponto foi escolhido pela localização às margens do Rio Itapecuru. O distrito foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de Urubu pela Resolução Régia de 19-04-1833: Sede na vila de Urubu. A troca do nome de vila de Urubu para Codó, deu-se por meio da lei Provincial n.º 68, de 21-07-1838. Anos depois a vila é elevada à condição de cidade com a denominação Codó, pela Lei Estadual n.º 133, de 16-04-1896.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Codó e Monte Alegre. Pela Lei Estadual n.º 921, de 05-04-1920, é desmembrado do município Codó do distrito de Monte Alegre, o qual é elevado à categoria de município. Contudo, pelo Decreto Estadual n.º 75, de 22-04-1931, e confirmado Pelo Decreto n.º 539, de 16-12-1933, Codó adquiriu o extinto município de Monte Alegre em 1934.

Já em 1943, pelo Decreto-lei Estadual n.º 820, de 30-12-1943, é criado o distrito de Dom Pedro e anexado ao município de Codó. Em 1948, pela Lei Estadual n.º 269, foram criados os distritos de Codozinho e São Raimundo de Codó, e anexados ao município Codó. Pela Lei Estadual n.º 815, de 09-12-1952, é desmembrado do município Codó o distrito de Dom Pedro., elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Codó, Codozinho e São Raimundo de Codó. Assim permanecendo em divisão territorial atual.

No que se refere a hidrografia do município, Codó situa-se na região dos cocais maranhenses, no vale do Itapecuru, é banhada por este importante rio do Estado, sendo o maior rio do Maranhão em extensão. Codó possui 3 rios perenes. A bacia hidrográfica de Codó, é constituída pelo rio Itapecuru (Figura 6), seu importante afluente; o rio Codozinho, que tem como afluente o Rio Saco, além de muitos brejos e rios temporários, como brejos citamos o Roncador, o Brejo da Cassiana, o Brejo da Tiririca, o Brejo da Pratinha e o Brejo da Santana, o Riacho de São José, que é afluente do Rio Itapecuru, e dentre os rios temporários temos o Rio Cigano, e o Riacho Beijo Caído (IBGE, 2021).

Figura 6 – Trecho do Rio Itapecuru na cidade Codó



Fonte: RODRIGUES, 2021.

No tendente ao turismo no município tem no carnaval a principal festa, famoso por atrair pessoas de toda a redondeza, principalmente de Teresina e São Luís. A cidade também conta com vários carnavais fora de época, estando entre os principais: Cornofolia, Tsunami, Vivo Bebu, entre outros. As festas afro-religiosas (terecô) e os festejos juninos, como o mestre Bitá do Barão no mês de agosto, atrai inúmeras pessoas de outros Estados do Brasil e até mesmo turistas de outros países (Figura 7). A cidade possui uma estrutura de balneários para atender seus visitantes, que, além das praias, busca o turismo no Memorial de Codó, do Instituto Histórico e Geográfico de Codó, um museu da história codoense e a Expo Codó (Figura 8).

Figura 7 - Tereco de Codó no Terreiro do Mestre Bitá do Barão - Codó/MA



Fonte: JM Entretenimento Cultural, 2018.

Figura 8 - Instituto Histórico e Geográfico de Codó



Fonte: SOUSA, 2021.

O município de Codó foi apontado, em 2012 pela revista EXAME (2012), como uma das 40 cidades do interior do Brasil onde o consumo mais cresce ao ano. A cidade conta com indústrias que atuam nos segmentos de higiene e limpeza, dentre outros, e a Itapecuru Agroindustrial, que produz o cimento Nassau. Também vem se destacando em Codó o comércio de peixes produzidos em diversas pisciculturas do município.

CAPÍTULO 4

O CAMPESINATO FRENTE À EXPANSÃO DOS AGRONEGÓCIOS: CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS



Capítulo IV

O CAMPESINATO FRENTE À EXPANSÃO DOS AGRONEGÓCIOS: CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS

Neste capítulo analisa-se e interpreta-se os processos que permeiam a desenvoltura econômica do município de Codó, para além das análises socioeconômicas, visa-se assimilar às geoestruturas em relação econômicas, examinando as relações de conflitos entre os camponeses e os burgueses do campo (os grandes latifundiários), bem como as indústrias que se instalaram no município, utilizando-se da ideia do território, como abrigo e território recurso (GOTTMANN, 2012). Além disso, busca-se compreender a produção agrícola do município, e quem são seus agentes, quais preceitos e condições estão submetidos e expostos, explicitando sempre a luta de classes.

4.1 Conflitos e luta de classes

No que diz respeito à conflitos, compreende-se que o termo conflito está pautado na disputa de ideias, na discordância dos eventos, entre duas pessoas (atores/grupos sociais, etc). Dito isto, o conflito só existe graças às relações de dualidade, onde a dialética permite o pensar e agir distintos dentro de uma mesma sociedade, comportando-se no espaço-tempo, sobre conflitos a CPT (2016) nos fala que:

conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CPT, 2016, p. 16)

Ainda sobre conflitos, verticaliza-se para falar, desta vez, sobre conflitos por terras, uma vez que entende-se conflitos por terra como um efeito da ganancia do capital, onde a insurgência do capitalismo afoga a vida, e as tradicionalidades dos povos, as conflitualidades por terra, derivam do mercado covarde do agronegócio e o modelo de país agroexportador. Com essa prerrogativa, vidas são perdidas no campo em nome do agronegócio e a instauração de um setor agrícola potente, todavia existe a resistência campesina, lutando no enfrentamento a essas ações. Neste sentido, a CPT (2016) nos assegura que:

Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas,

pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (CPT, 2016, p. 16).

Os anais históricos, ao tencionarem sobre as lutas de classes, propiciam a interpretação dos conflitos, confrontos e desarranjos socioterritorial/espacial, assim como as formas organizacionais dentro das diversas sociedades até a contemporaneidade, desta forma, compreende-se a sociedade como um conjunto de indivíduos carregados de singularidades, as quais, segundo Tylor (1970, p. 26-27 apud CORRÊA; ROSENDAHL, 2012, p. 20), são evidenciadas mediante atividades como “[...] artes técnicas, agricultura, arquitetura, conhecimento científico, rigor moral, crença e cerimônia religiosa e organização social e política”.

Compreendendo as atividades desempenhadas pelos atores co-formulantes à uma sociedade, vislumbra-se que esta apresenta-se eivada de conflitos, visto que as condições desiguais entre as classes, as classifica/divide em dois grupos, de um lado a burguesia, classe hegemônica assegurada pelas elites e impérios financeiros – “elites económicas y a las clases dominantes” (HARVEY, 2007, p. 20), que promovem e patrocinam as desigualdades, do outro lado os proletários, os quais, Souza (2017, p. 52) denominou de “classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas”, ou seja, colocadas à marginalidade, que são desassistidas, que habitam na obscuridade da sociedade burguesa.

A distinção entre as camadas sociais, que resulta da ação deliberada da classe burguesa, explicita a democracia burguesa que “[...] servindo-se de mil estratégias [...] afastam as massas da administração, da liberdade de reunião e de imprensa, etc.” (LÊNIN, 1977, p. 23).

A classe proletária é composta pelos camponeses e operários, que possuem como riqueza, tão somente, a força de trabalho, que necessitam vender sua mão de obra, sujeitando-se ao assalariamento, subordinando-se aos interesses dos detentores dos meios de produção, ou seja, no sistema democrático burguês, o proletário comporta uma classe subalterna, subordinada à classe dominante no Estado burguês.

Sobre tais classes, Marx e Engels explicitam que, por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888) (MARX & ENGELS, 1998, p. 40).

Por meio da existência das classes proletária e burguesa, as quais coabitam simultaneamente, e por intermédio de suas diferenciações políticas, econômicas e sociais,

apresentam dissemelhanças em suas relações antagônicas, configuram entre si interesses distintos, os quais provocam um conflito de ideários, desencadeando desta forma a luta de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX & ENGELS, 1998, p. 40)

Sobre essa égide, sustentam-se os conflitos, onde os burgueses buscam se sobrepor aos proletários e, para isso, utilizam-se da falsa democracia a partir de um Estado dogmático, no qual o sistema governamental é amparado em princípios da ditadura burguesa. Neste sentido, como forma de resistir às imposições das forças opressoras, a classe operária se organiza historicamente em entidades sindicais e movimentos sociais populares, que visam a democratização dos espaços e territórios em suas complexas estruturas.

Ainda neste sentido, Harvey (1998) informa que “a luta de classes facilmente se dissolve em uma série de interesses comunitários geograficamente fragmentados, facilmente cooptados ou explorados pelos mecanismos da penetração neoliberal do mercado”. Nessa perspectiva, pode-se assimilar a desigualdade entre classes, uma vez que o neoliberalismo e seus mecanismos de internacionalização desarticulam a classe trabalhadora, por meio da destruição maciça dos costumes e territorialidades presentes numa sociedade alternativa ao modo de produção capitalista, e numa relação dialética instaura-se o conflito, que é potencializado pela elite burguesa através dos aparatos do capital, desta forma, modificam-se os territórios e os transformam “num espaço nacional de economia internacional” (SANTOS, 1996).

No campo, a resistência proletária faz-se através do modo de vida da família camponesa, a qual entende-se ser “quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade.” (MARX, 1978, p.114). Desta forma, compreende-se o campesinato como alternativa contra hegemônica ao modelo tecnicista da produção mecanizada do agronegócio, e como classe social se contrapõe aos interesses capitalistas, contudo ora utiliza-se do que lhe é conveniente ao capital, e outrora expurga a ele.

O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade do campesinato falar sua própria

linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, às posições partidárias, à lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista (MARTINS, 1981, p. 12).

Na classe burguesa, tem por maior expressão e representatividade os agentes do capital, que se fazem presentes através do agronegócio e seus mecanismos de tecnificação da “nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico” (TERRA, 2009, p. 66), dessa maneira o capital emprega o agronegócio como executor, e este, via de regra, constitui latifúndios, emprega pacotes tecnológicos para viabilizar monoculturas, com produção em larga escala, entre outros, em detrimento das consequências socioambientais.

Sob esta ótica, concordando com Fontana (2018), que analisa o mercado capitalista globalizado, e que este promove uma “divisão mundial imperialista do trabalho”, a qual impera na conjuntura de sobreposição dos países “desenvolvidos” sobre os países “emergentes”, os quais servem de sustentáculo para o modelo imperialista de exploração promovido pelas grandes nações capitalistas, que utilizam-se do território se apropriando dos recursos naturais disponíveis e da mão de obra barata e abundante, desta forma, determina o papel dos países no jogo socioeconômico em nível mundial.

O neoliberalismo, uma das facetas do sistema capitalista moderno, viabilizou a internacionalização do capital, onde os processos macroeconômicos foram/são estabelecidos, desconsidera as singularidades socioeconômicas e ambientais locais. Sobre esta questão, Santos (2004) esclarece que:

Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol etc., que eram todos motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal (SANTOS, 2000, p.14).

Ainda neste sentido, compreende-se como a economia global se volta às readequações das dinâmicas à serviço do mercado. Esse motor único, remete ao carrossel de giro econômico mundial, que deturpa as tradicionalidades socioespaciais, utilizando-se de inverdades da noção de um país único. Neste sentido, Santos (2000) considera que:

Aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiriam imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações dinheiras, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo, de séculos houvessem sido todas esgarçadas. Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador (SANTOS, 2000, p. 21).

Entretanto, o processo de aldeamento não se constituiu através da homogeneidade, ou seja, configurando-se em uma relação baseada na dualidade, que compõe a luta de classes, neste sentido, apresenta-se o cenário do/no campo brasileiro com inúmeros extratos de classes sociais, contudo duas dessas se destacam: uma na sobreposição e a outra, na resistência - agronegócio e campesinato, sendo o agronegócio assegurado por projetos desenvolvimentistas, que sobrepõe aos camponeses que, com muita luta e através do seu modo de vida, têm resistido e se consolidado como classe social proletarizada do campo brasileiro, se (des)envolvendo do projeto capitalista de mercantilização dos territórios e das vidas do campo.

No panorama atual do/no campo brasileiro, encontram-se duas principais classes sociais, que têm por sujeitos, o agronegócio e o campesinato, sendo o primeiro o “representante” do capitalismo no campo, tendo como principais características os latifúndios, a produção em larga escala, a monocultura, entre outras. Desta forma, o agronegócio configura-se como/pela classe burguesa do campo, onde estabelece uma troca injusta (sociedade-natureza), haja vista que os processos de cultivo adotado pelos latifundiários prejudicam a sociobiodiversidade.

Por sua vez, o campesinato opõe-se ao agronegócio, pois o seu ator social é o camponês, que apresenta mais do que um modo de cultivo alternativo ao do agronegócio, a julgar pelo modelo de vida campesino, estudado há décadas em diversas conjunturas econômicas, sociais, culturais e naturais, por autores historicamente reconhecidos como Chayanov (1974), e Karl Marx (1978), entre outros que analisaram o camponês e seu protagonismo, ou mesmo protagonismo no campo, assim como sua resistência e re-existência.

O camponês é pleno de características e complexidades e tem na unidade de produção familiar a centralidade do seu trabalho e mão de obra, sempre ligado a terra/território, por afeto e/ou pela necessidade do cultivo, não busca acúmulo de capital, diferenciando-se do microempresário familiar, micro produtor familiar ou agricultor familiar. O camponês busca seu auto sustento e auto independência econômica, bem como alimentar. O camponês cultiva quase tudo aquilo que precisa para sua reprodução social, sendo poli produtor e é portador de algumas características únicas, como destacam Carvalho e Costa (2012):

- Os saberes e as experiências de produção vivenciados pelas famílias camponesas são referenciais importantes para a reprodução de novos ciclos produtivos;
- As práticas tradicionais, o intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas que se apresentam nos mercados, constituem um amalgama que contribui para as decisões familiares sobre o que fazer;
- O uso da terra pode ocorrer de maneira direta pela família, em parceria com outras famílias vizinhas ou parentes, em coletivos mais amplos ou com partes do lote arrendados a terceiros;

- Há diversificação de cultivos e criações, alternatividade de utilização dos produtos obtidos, seja para o uso direto da família, seja para usufruir de oportunidades nos mercados, e presença de diversas combinações entre produção, coleta e extrativismo;
- A unidade de produção camponesa pode produzir artesanalmente e fazer o beneficiamento primário de produtos e subprodutos;
- Existe garantia de fontes diversas de rendimentos monetários para a família, desde a venda da produção até a de remuneração para dias de serviço de membros da família;
- A solidariedade comunitária (troca de dias de serviço, festividades, celebrações), as crenças e os valores religiosos por vezes empregados as práticas da produção;
- Estão presentes elementos da cultura patronal;
- E, fim, mas não finalmente, existem relações afetivas e simbólicas com as plantas, os animais, as águas, os sítios de infância, com a paisagem... e com o tempo. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 27)

Neste sentido, a economia camponesa, entendida nos estudos de Chayanov (1925, apud CARVALHO, 2014), traz alinhamentos de características centradas na mão de obra familiar sem influência externa, “(...) a família e as relações que dela ressaltam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados. (...) quantidade de bens materiais absolutamente necessários à família.” (2014, p. 195). Contudo, ao longo da jornada até os dias atuais, o camponês incorporou alguns mecanismos em suas características e em seu modo econômico, como no caso do trabalho acessório, que visa o fortalecimento da centralidade da família, mesmo que um dos membros precise trabalhar fora do núcleo familiar, mas concentrando o valor ganho no caixa comum da família.

No modelo chayanoviano, analisado por Woortmann (2014), havia um “modo de produção doméstico”, distinto do escravismo, feudalismo e capitalismo. Seu modo partia do grupo doméstico individual, cujo objetivo básico seria garantir a satisfação de suas necessidades, e não a realização do lucro, razão pela qual o campesinato não deveria ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente. O núcleo de sua teoria está no princípio subjetivo do equilíbrio entre necessidades e subsistência e rejeição do trabalho manual além de determinado limite [...]. (WOORTMANN, 2014, p. 231)

Assim, tendo como substrato o solo, o camponês e sua família, utiliza-se de várias formas, diferenciando-se de outras classes sociais. Quanto à forma de cultivo, o faz a partir de técnicas e formas de utilização que visam o menor grau de degradação do solo e da vegetação, ou seja, sempre respeitando a natureza, pois esta é tratada com afeto, havendo ligações ajustadas e com interações mútuas.

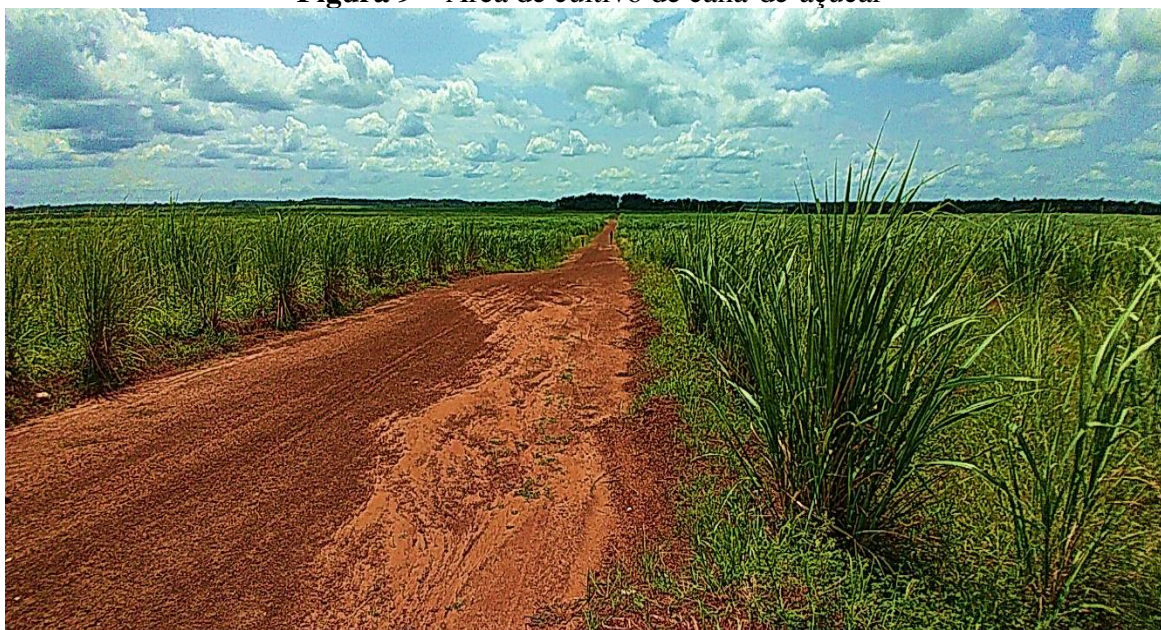
Compreende-se que é a partir do solo que se realizam ou se expandem as demais relações, é a partir do solo que se constrói a moradia, que se desenvolvem as culturas e os cultivos, que se molda a religiosidade e que se estabelecem as relações mais diversas, as quais ora são simétricas/assimétricas ora são rígidas e ainda mais divergentes.

4.2 Conflitos socioterritoriais no município de Codó

As configurações do espaço agrário maranhense transformam-se e o território modifica-se, assim como as relações sociais de inúmeras famílias. O processo de instalação da tecnologia agrícola no Maranhão segue um padrão que pouco ou nada difere de outras regiões do país, como o ocorrido no Sul e Sudeste, que se expandiu para o Centro-Oeste e hoje se faz presente por toda parte, avançando sobre os biomas do cerrado e da Amazônia brasileira, os quais testemunham uma reconfiguração de sua geografia e representam “também o surgimento de um novo front - frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país” (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Essa realidade, em que grandes empresários do campo ceifam a vida de camponeses ou forçam uma retirada do território, infelizmente é comum no Maranhão, haja vista os acirramentos das disputas dos grandes produtores para a implantação de pastagem, e mais recentemente de campos produtores direcionados à agricultura tecnificada, da lavoura capitalista, que, para implementação das suas demandas, expulsa os camponeses para as pequenas cidades (localizadas próximas às gigantescas plantações), geralmente produtoras de soja, eucalipto, ou como no caso de Codó, cana-de-açúcar (Figura 9).

Figura 9 – Área de cultivo de cana-de-açúcar



Fonte: SOUSA, 2021.

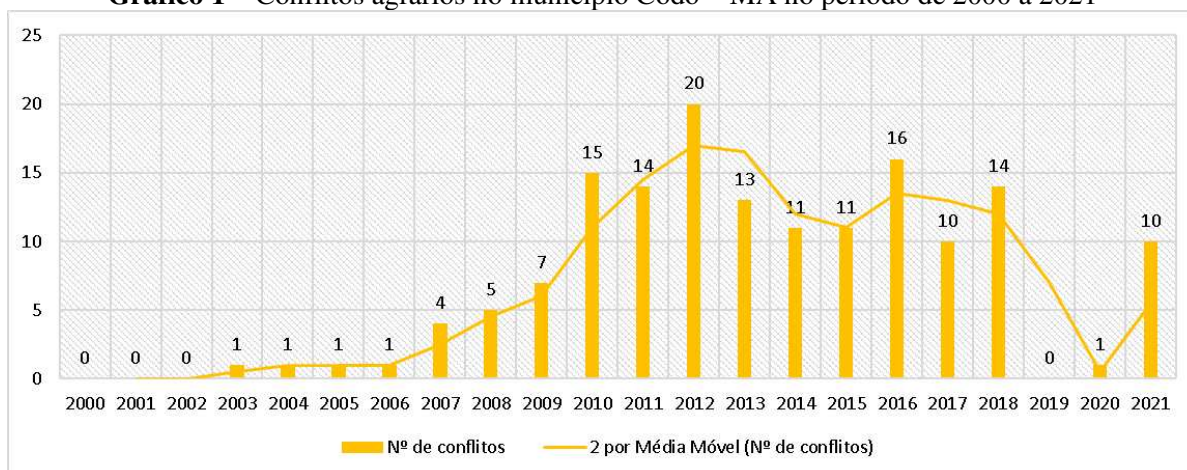
Desta forma, também se entende que os conflitos no município Codó provêm de uma historicidade profunda e, para compreender os processos que levaram a chegar nesse atual

cenário, dentro da realidade codoense, se faz necessário voltar ao passado, na formação do município, ou seja, buscar assimilar os processos de ocupações do solo em Codó.

Neste sentido, evidencia-se os fluxos de escravos que se encontravam em Codó durante o processo de formação do município, visto que, durante o período colonial, Codó teve um forte destaque nas lavouras de algodão, ou seja, pode-se afirmar que o processo de formação do município codoense e, desta forma, o desenvolvimento populacional, têm grandes destaques para os escravos; e, por estes motivos, o município abordado em questão é destaque no cenário quilombola no Maranhão.

No que se refere aos dados de conflitos, ao todo, segundo os dados da CPT, são 173 casos de conflitos registrados em Codó durante o ano de 2000 a 2021 (Gráfico 1), com um contingente de famílias de 9.902. Desta forma, nota-se a violência com que o agronegócio no município Codó se utiliza como estratégia para desterritorializar os camponeses, em favor da produção em larga escala e a implementação do agroindustrial na região (CPT, 2019).

Gráfico 1 – Conflitos agrários no município Codó – MA no período de 2000 a 2021



Fonte: CPT, 2022.

Como já foi evidenciado neste trabalho, compreendeu-se que a luta de classes é uma causalidade do agir e pensar diferente, ou seja, a dualidade de pensamentos, ideias e interesses protagonizam a luta de classes, contudo também já explicitou-se que essa difusão de pensamentos resulta em um conflito e que, dentro do conflito, as instituições do Estado burguês e todo o aparelhamento do capital financeiro privado e, em diversos casos, o público, buscam apoiar e até mesmo subsidiar o conflito, estando ao lado dos grandes empresários. Sobre esse cenário, Cabral (2013) nos fala que:

a ação direta de agentes públicos atuando como verdadeiros jagunços, atormentando a paz e tranquilidade de várias comunidades maranhenses. Podemos destacar policiais

militares de Codó, comandados pelo oficial (xxxxx)¹, que realizaram prisão e intimidações em comunidades tradicionais. (CABRAL, 2013, p. 03).

Neste sentido, entende-se que, em diversos momentos, as organizações públicas do Estado buscam os interesses dos detentores do capital, se colocando inclusive contrário os atores sociais que pertencem a mesma classe social, a classe trabalhadora, uma do campo, e outra da cidade, desta forma, com a fragmentação da classe operária e dos trabalhadores rurais, o enfrentamento, a cada dia que passa, fica mais difícil.

4.3 Colapso social e o trabalho análogo à escravidão em Codó

No que diz respeito as relações que englobam o trabalho, em primeira análise, podem-se entender que trabalho seria apenas o desenvolvimento de ações proferidas mediante um vínculo empregatício, todavia, têm-se de compreender toda a dinâmica que envolve a categoria trabalho, e suas relações econômicas, sociais e da moralidade, nesse sentido, algumas indagações de cunho filosóficos surgem dentro do marxismo para buscar conceituar essa categoria tão ampla e complexa, que seria o trabalho.

Segundo a concepção de Marx (2004) sobre trabalho, entende-se que na realização do trabalho se materializa a superioridade racional humana frente aos demais organismos, e seres vivos. Desta forma, o trabalho seria a fonte de todas e quaisquer riquezas e bem material, evidenciando-se ainda a importância do trabalho para o desenvolvimento econômico e social, haja vista que o exercer da mão de obra prática, provêm do próprio homem o poder de transformar a existência das sociedades e estabelecer um caráter social no indivíduo. Neste sentido, Lukács (1978) nos explicita que “o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social” que “põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho.” (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Neste sentido, com o desenvolver-se das sociedades, chegando aos dias atuais, onde as tecnologias e os meios avançaram de tal maneira, que as relações sociais se modificaram, o trabalho também enfrentou esse processo, todavia hoje, na sociedade burguesa capitalista, o legado que o trabalho nos passa, é de ser mera atividade de subsistência, na busca de suprir carências imediatas, como a fome, configura-se assim, o par dialético, entre as extremidades explícitas e decorrentes do trabalho na contemporaneidade, a fortuna e a miséria (OLIVEIRA, 2010, p. 73).

¹ Espaço onde tinha um nome e por razões éticas não vamos cita-lo.

Desta forma, é possível visualizar que, mesmo com as modificações nas relações sociais, que são replicadas na dinâmica do trabalho, mesmo com o avanço nefasto do capitalismo sobre as relações trabalhistas, permanece uma ação emancipatória, a esperança para a autonomia proletariada, a criatividade, que pode significar a liberdade do homem enquanto ser crítico e autônomo de suas atitudes.

Ainda sobre trabalho, Marx fala sobre o trabalho estranhado, que basicamente, seria o ato de desenvolver-se um produto, todavia, no fim da cadeia produtiva, o produto não seria acessível aos trabalhadores, dessa forma o produto causaria estranhamento ao proletário, haja vista que o estranhamento se origina no passo que a riqueza é expropriada da classe operária, que, na prática, são seus verdadeiros produtores, os trabalhadores, contudo, o capital se apropria da produção, e a ela é determinada um valor de troca em detrimento do valor de uso, sobre isso entende-se que:

O trabalho estranhado, no entanto, traz em si o momento da universalidade. Os objetos produzidos no capitalismo, as mercadorias, para usar uma expressão do Marx da maturidade, não perdem seu valor de uso. O trabalho, mesmo determinado pela propriedade privada, produz riqueza útil (OLIVEIRA, 2010, p. 75).

No que diz respeito ao trabalho, nota-se que o trabalho na contemporaneidade, após as ditas revoluções industriais, transformou o trabalhador em apenas uma engrenagem no jogo de tabuleiro do capitalismo, onde as relações pessoais e a totalidade moral do trabalho e seus efeitos na sociedade foram extintos, transformando os operários em robôs humanos. Sobre esse processo, Marx (2004) nos fala que “O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele.” (MARX, 2004, p. 82-83).

Neste sentido, uma vez que já se compreendeu as relações que permeiam a categoria trabalho, buscar-se-á, de forma crítica, analisar o cenário do trabalho dentro do município de Codó, haja vista que, em campo, com base em leituras voltadas à compreensão do trabalho e das dinâmicas trabalhistas codoense.

Ainda sobre isso, compreendemos que a problemática da desvalorização do trabalho, no cenário do campo brasileiro, se dá pelas novas estratégias do mercado globalizado, de capital privativo internacional, onde o capitalismo e seu modelo excludente, subsidia o processo de hegemonização das economias locais, sobre isso, entendemos que “o uso intensivo da tecnologia de produção, descartando a mão-deobra quase por completo, surgindo assim o fenômeno do desemprego e a marginalização do trabalhador” (BARROS, 2020, p. 31).

No que diz respeito, aos números de trabalho escravo, no Maranhão, Codó é o município com maior incidência de casos, segundo a Secretaria do Trabalho, entre os anos de 2015 a 2018, 331 trabalhadores foram resgatados de situações co-formulantes à de trabalho escravo, sendo que esses trabalhadores têm como estado de origem o Maranhão, o qual, o município de Codó, assume o protagonismo nesse quesito, haja vista que 20 desses trabalhadores, são codoenses. Sobre isso:

Os dados reforçam a ideia de uma rede migratória da mobilização do trabalho, tendo o Maranhão como principal fornecedor da mão-de-obra escrava. Se até 2006 o fluxo migratório se concentrava em um corredor em direção ao estado Pará, agora nos deparamos com uma espacialização dessa mão-de-obra entre os estados que fazem parte do ciclo do agronegócio, como Bahia e Tocantins, que estão inseridos no MATOPIBA (BARROS, 2020, p. 32).

Desta forma, entendemos que, essa rede migratória, do tráfico de pessoas, afim de estabelecer-se a rota do trabalho escravo, é subsidiada pelo capitalismo, sendo sustentada diretamente pelos seus agentes burgueses do campo, onde, os grandes grupos agroindustriais, se utilizam das situações de vulnerabilidades sociais para escravizar pessoas no campo. Pode-se assimilar relatos de moradores das comunidades tradicionais, que afirmam a relação do corte de madeira ilegal, no município, com a mão de obra escravizada, sobre a participação dos oligarcas de Codó com o trabalho escravo. Para isso, relata-se o caso de resgate de trabalhadores da fazenda Abelha, que:

localizada em Codó, que abrigava cerca de 36 trabalhadores que foram libertados. Segundo relatos dos trabalhadores, essa fazenda era de propriedade grupo F.C. Oliveira, um dos maiores grupos empresariais da região e que ironicamente financia e participa de campanhas de erradicação do trabalho infantil promovidas por Organizações Não Governamentais (ONGs) no município. (RODRIGUES, 2013 p. 28).

Mediante ao exposto, com base nos trabalhos aqui citados, e aos relatos que foram repassados em campo, compreende-se que o cenário do trabalho escravo em Codó se dá por três fatores, são esses: a desigualdade social, que protagoniza a desvalorização do trabalho, e a mercadificação da mão de obra; a vulnerabilidade social imposta pela ausência de políticas públicas afirmativas, no que tangem a seguridade social, incluindo-se, assim, a segurança alimentar, a qual num país subdesenvolvido é um dos grandes medos da população, a fome; e por fim; o subsídios dos grandes grupos empresariais, das oligarquias regionais, que englobam as relações trabalhistas em Codó.



CAPÍTULO 5

GEOGRAFIAS E
PRÁTICAS TERRITORIAIS
EM QUESTÃO:

A ZONA DO
CINTURÃO VERDE
DE CODÓ

Capítulo V

GEOGRAFIAS E PRÁTICAS TERRITORIAIS EM QUESTÃO: A ZONA DO CINTURÃO VERDE DE CODÓ

Apresenta-se neste capítulo os casos de três comunidades tradicionais em Codó, ambas de zona do Cinturão Verde do município e que vêm sofrendo dos abusos, mandos e desmandos do capitalismo selvagem, afim de verticalizar o objeto de pesquisa e apresentar dados mais detalhados dos conflitos agrários no município, bem como oportunizar análises mais concretas, na busca pelo entendimento e a inserção palpável na realidade dos camponeses codoenses. Também apresenta às produções dessas comunidades do território quilombola de Queimadas e como a política estadual de distribuição de sementes vem ajudando a fortalecer a resistência das comunidades por meio da produção de alimentos para as famílias que ali residem.

5.1 Território quilombola de Queimadas

Dentre o histórico de conflitos no município de Codó, destaca-se um conflito coletivo que perdura a mais de 30 anos, se trata de um conflito entre as comunidades quilombolas de Queimadas, Três Irmãos e Monta Barro, que juntas formam o território quilombola de Queimadas, contra um Grupo Empresarial.

No percorrer da disputa pela terra, nesses períodos de mais de 30 anos, destaca-se a postura mais truculenta e repressiva em que a empresa começou a executar, a partir de 2010, no ano de 2012, o Grupo Empresarial começou-se a utilizar-se de ameaças, contra a vida das lideranças das comunidades, inclusive algumas lideranças dessas comunidades estão no Programa de Proteção aos Direitos Humanos da Presidência da República.

O ano de 2012 também marcou como o ano do início do processo de reconhecimento das comunidades, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 2014, no mês de maio, o processo judicial possui decisão liminar favorável à comunidade em sede de manutenção de posse, contudo o processo se encontra parado até os dias atuais. Desta maneira, será destacado individualmente a situação da comunidade de Queimadas.

Na comunidade de Queimados, a questão central envolve ameaças de morte por parte do Grupo Empresarial, seguindo informações, que foi passada pela líder da comunidade, o conflito teve início em 2006, ano em que, o suposto proprietário do Grupo Empresarial, iniciou o processo de cobrança pelo foro da área utilizada.

Todavia, no ano de 2009, os camponeses, na busca de se organizarem na luta pela terra, fundaram a Associação de Moradores, dessa forma, a partir do ano de 2009, em ação deliberativa dos moradores da comunidade, em comum entendimento, de que pagar pelo foro da terra, se tratava de uma medida estratégica por parte dos agentes do capital para pressionar a saída dos camponeses do seu território. Dessa forma, a comunidade parou de pagar o foro. Após essa decisão, as tensões sobre o território aumentaram, e pode ser, por essa medida, a causa do acirramento do conflito.

Para entender melhor os conflitos, necessita-se compreender as ações e historicidade da empresa causadora do conflito. O Grupo Empresarial é uma empresa do setor de petróleo e biocombustíveis, a sua chegada no Maranhão se deu pelos incentivos fiscais do Governo Federal, no ano de 1978, onde os empresários do ramo, vindo do estado do Rio de Janeiro, chegaram no município Codó. Sobre isso, a Fiocruz, (2014) nos fala que,

através dos incentivos fiscais e de crédito concedidos pelo Governo Federal por meio do programa Pró-Álcool, instalou-se, inicialmente, no município de Aldeias Altas, onde começou a produzir cana-de-açúcar em 1978. Os anos 1980 foram de sucesso econômico para a empresa, porém, logo no início dos anos 1990, com o enfraquecimento do Pró-Álcool, somado à uma crise interna da empresa, suas atividades foram suspensas e a falência decretada em 1992. Segundo a CPT, a empresa desapareceu do Maranhão e abandonou as terras e suas instalações por mais de 10 anos, deixando um rastro de processos correndo na Justiça do Trabalho (FIOCRUZ, 2014).

Ainda neste sentido, destaca-se o deserto verde (Figura 10), de cana-de-açúcar, que a empresa detém, tem sua sede na região conhecida como Aldeias Altas, que segundo os líderes comunitários, um dia já foi uma comunidade, todavia, na base do conflito, da expulsão violenta da terra, e um processo de desterritorialização, a Costa Pinto, transformou o lugar em um espaço de economia complexa e contraditória, sob as ações do mundo globalizado, onde todos os espaços tornam-se “num espaço nacional de economia internacional” (SANTOS, 2006).

Sobre a desterritorialização da comunidade de Aldeias Altas em detrimento da implementação da agricultura tecnificada no município Codó, Fiocruz (2014) nos fala que:

Para a CPT, esse discurso da Costa Pinto é muito antigo, e foi o mesmo utilizado quando a empresa iniciou suas atividades com cana-de-açúcar na comunidade de Aldeias Altas, e que levou a expulsão de várias famílias de suas terras, região em que hoje se encontra um grande deserto verde de cana. (FIOCRUZ, 2014)

Figura 10 – Pivot em meio a plantação de cana-de-açúcar da Itapecuru Biocombustíveis



Fonte: SOUSA, 2021

No que diz respeito, a volta do Grupo Empresarial para o Maranhão, oficialmente, ela aconteceu em 2003, com o surgimento da empresa de Bioenergia, onde podemos entender como uma estratégia do Grupo Empresarial para fugir das dívidas fiscais e processos judiciais, todavia a principal área de cultivo da cana-de-açúcar (Figura 11) continua no mesmo território de Aldeias Altas, o que não impede de continuar na ambição desenfreada por outros territórios tradicionais em Codó.

Figura 11 – Plantação de cana-de-açúcar



Fonte: SOUSA, 2020

5.2 Cultivos de resistência e empoderamentos das comunidades

Partindo do viés da legislação do Pronaf, e buscando facilitar a assistência técnica aos camponeses e a operacionalização da agricultura, em 29 de dezembro de 2017, o governador do estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro, sancionou a lei nº 10.774 que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo à Agricultura Familiar no âmbito do Estado do Maranhão – PIAFEMA, publicada no Diário Oficial da União, em 02 de janeiro de 2018.

Esta lei tem finalidade específica de incentivar a agricultura familiar expressa o Art. 1º :

Fica criado, no âmbito do Estado do Maranhão, o Programa de Incentivo à Agricultura Familiar, por meio de distribuição de equipamentos e insumos agrícolas, tendo por finalidade organizar e estruturar empreendimentos produtivos individuais ou associativos da Agricultura Familiar (MARANHÃO, 2018).

Os objetivos desta lei são dispostos no Art. 3º onde esta contido no inciso I - fortalecer a agricultura familiar no Estado do Maranhão; II - elevar a renda dos agricultores familiares; III - dinamizar e elevar a produção agrícola do Estado do Maranhão, oriunda da agricultura familiar; IV - elevar o nível de competitividade dos produtos da agricultura familiar. Neste sentido, pode-se vislumbrar esta política como um meio facilitador da agricultura camponesa que visa em linhas utópicas à sua expansão.

Um dos pontos positivos desta lei é o não pagamento efetivo para ter acesso aos benefícios concedidos. Os gastos gerados pelo PIAFEMA são expressos nos Art. 7, 8 e 9, e isenta os camponeses de qualquer pagamento, como pode-se ver a seguir:

Art. 7º Fica a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SAF autorizada a fazer doações de equipamentos e insumos agrícolas às pessoas físicas descritas no art. 4º desta Lei, como também a pessoas físicas organizadas em forma de pessoa jurídica.

Art. 8º A doação de equipamentos e insumos agrícolas, prevista como instrumento deste Programa, deverá ser condicionada aos seguintes termos:

I - a doação será feita formalmente, por meio de Termo de Doação;

II - a condição de beneficiário deverá ser comprovada através da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, e nos casos de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, através de Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica - DAP Jurídica;

III - o equipamento não poderá ficar em estado ocioso;

III - é vedada a venda, o aluguel, a cessão e a doação dos equipamentos e insumos objeto deste Programa.

Art. 9º Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere a presente Lei.

Neste sentido, a aplicação da lei por meio do programa, funcionária a partir da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF, que faria a distribuição dos equipamentos, mudas e sementes para os camponeses (Figura 12 e 13), no entanto, as prefeituras deveriam

mandar para a SAF a listagem de famílias camponesas do município e suas necessidades para a melhoria das lavouras para assim serem feitas as distribuições.

Figura 12 – Logo do programa



Fonte: MARANHÃO, 2022.

Figura 13 – Sacos de sementes



Assim, com o vigor desta lei, os camponeses não necessitam necessariamente adquirir ou acessar o financiamento do PRONAF, evitando endividamentos e facilitando o acesso a uma política agrícola estadual, pois a aplicação da lei os garante a “mecanização” das áreas de cultivo e a aquisição de sementes. Esta lei foi pensada e instituída para que haja a diminuição do índice de endividamento dos camponeses maranhenses junto ao PRONAF, pois a PIAFEMA não requer nem um pagamento por parte dos camponeses, isto facilita o seu acesso em parte, pois assim seria garantida a aradagem das terras e sementes para o plantio.

O município Codó é um dos que tem desfrutado das ações desta política pública com vigor, beneficiando as comunidades e reafirmando os territórios camponeses de resistência (Figura 14).

Figura 14 - Plantio agroecológico de alface



Fonte: SOUSA, 2021.

Neste sentido a aplicação da lei por meio do programa é executado por meio da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF, que realiza a distribuição dos equipamentos e sementes para as comunidades tradicionais e para os camponeses, no entanto, as prefeituras deveriam mandar para a SAF a listagem de famílias camponesas do município e suas necessidades para a melhoria das lavouras para assim serem feitas as distribuições.

De acordo com um dos moradores do território Queimadas, a área do território é ampla e bem produtiva, e as famílias se articularam e produzem em uma área de uso comum (Figura 15), no princípio houveram alguns conflitos internos, mas que hoje não há quaisquer conflitos entre eles, ou seja, a comunidade resiste produzindo conjuntamente e mostrando que a terra é utilizada como forma de vida e reprodução social camponesa.

Figura 15 – Área de plantio coletivo da comunidade



Fonte: SOUSA, 2021.

Contudo as famílias do território sofrem as consequências por estarem “ilhados” entre as áreas de produção de cana-de-açúcar. Segundo um líder da comunidade, um dos principais problemas enfrentados pelos assentados refere-se à constante exposição das famílias aos agrotóxicos que são utilizados nas plantações, há relatos de crianças que teriam adoecido e da contaminação das águas dos riachos que corta o território, pois a empresa lança os produtos químicos nas lavouras, e estes contaminam as águas dos riachos de onde os camponeses coletam água para o consumo diário (Figura 16 e 17).

Figura 16 - Área de uso comum camponês

Fonte: SOUSA, 2021.

Figura 17 - Riacho da área quilombola

Fonte: SOUSA, 2021.

Em uma etapa anterior da pesquisa, realizada em março de 2021, foram aplicados cerca de quatro questionários a algumas das famílias do território de Queimadas. Os questionários vislumbravam questões que contemplavam um viés da questão agrária (os conflitos agrários), no entanto, quatro dos questionamentos faziam referência ao amparo e produção dos camponeses da comunidade. O Quadro 1 apresenta as questões, bem como as respostas proferidas pelos camponeses.

Quadro 1 - Perguntas e respostas dos questionários aplicados aos camponeses no ano de 2021

Perguntas	Respostas
<i>1º - Tem acesso a algum tipo de financiamento? De que tipo? Com que regularidade acessa?</i>	95% NÃO; 5% Acessam o PRONAF B;
<i>2º - Recebe algum tipo de auxílio de alguma esfera governamental?</i>	45% Recebem o auxílio Brasil; 35% NÃO recebem qualquer auxílio; 20% São aposentados.
<i>3º - Qual a sua opinião sobre as políticas dos diferentes níveis de governo para o camponês?</i>	45% São poucas; 25% Não responderam; 20% São ruins; 10% Não nos ajudam.
<i>4º - A distribuição de sementes e mudas feita pelo governo do estado e o município são importantes para sua produção de alimentos?</i>	70% Sim; 30% Não responderam.

Org.: SOUSA, 2022.

Evidencia-se que as famílias camponesas do Território de Queimadas em Codó não são beneficiadas, em sua totalidade, pelas ações de distribuição de sementes e mudas da política estadual, em alguns relatos informais os moradores queixavam das dificuldades para receber, e

da forma de escolha que a Secretaria de Agricultura do município faz a entrega do material, o que acaba favorecendo alguns poucos escolhidos. Relatam que tentaram por mais de uma vez, e, aqueles que não tiveram acesso de nem uma forma, se queixam do rigor para a concessão, e que por conta disto eles têm dificuldades na produção, e no escoamento daquilo que conseguem produzir.

Os camponeses que conseguem produzir coletivamente os diversos tipos de alimentos, como já destacado anteriormente, mesmo com dificuldades, comercializam o excedente dos seus produtos aos sábados na feira e no mercado municipal de Codó, esses produtores que cultivam sem o uso de agrotóxicos, fornecem alimentos naturais de excelente qualidade e a baixo custo, segundo o presidente do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Codó – STTR esses camponeses também forneciam alimentos para dois programas de alimentação escolar quando a prefeitura anca o edital uma vez ao ano.

Por fim, ressalta-se aqui, que os camponeses codoenses das comunidades quilombolas, que formam o território de Queimadas, têm enfrentado dificuldades em se manter no campo, isso por conta do avanço do agronegócio da cana-de-açúcar sobre as populações tradicionais, as quais têm sido esmagadas pelas ações de grilagem, ameaça e corrompem o campo, onde o capital e a produção em alta escala tem tomado rumos que não respeitam a natureza e nem a vida.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Capítulo VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado no decorrer do trabalho, apresentou-se os conflitos socioterritoriais entre os camponeses e a territorialização da agricultura científica globalizada no município de Codó, no Maranhão, às articulações sociais dos camponeses, como movimento social de enfrentamento, e conflitos socioterritoriais na zona do Cinturão Verde de Codó – MA, assim como as principais mazelas provocadas pela chegada da fronteira agrícola ao município, bem como suas contradições, e todo o seu entorno de desigualdades propiciada pelo próprio sistema, que somente sobrevive, sustentando-se no desenvolvimento falacioso e vil, desta forma, entende-se como um “desenvolvimento desigual e combinado” (NOVACK, 1968).

O cultivo da cana-de-açúcar em larga escala, pelos grandes empresários do setor agrícola, bem como a espacialização de novas áreas de cana que têm chegado ao município com um fator novo no cenário codoense, ainda se destaca a fase de instalação do complexo agroindustrial, impulsionado pela frente do agronegócio, que vem se estruturando no município através do cultivo da cana-de-açúcar.

Considerando os dados levantados ao longo desta pesquisa, evidencia-se que os conflitos socioterritoriais entre os camponeses e os agentes da territorialização da agricultura científica globalizada ocorrem principalmente em decorrência do avanço do agronegócio na região, e este, segundo os dados da CPT, são 173 casos de conflitos registrados em Codó, durante o ano de 2000 a 2021, com um contingente de famílias de 9.902.

Assim, quando se focou e olhou-se mais de perto dentre o histórico de conflitos no município Codó, foi destacado um conflito coletivo, que perdura à mais de 30 anos, como é o das comunidades quilombolas de Queimadas, Três Irmãos e Monta Barro, que juntas formam o território quilombola de Queimadas, contra um Grupo Empresarial, compreendeu-se a luta e resistência, além da forma de ação do movimento camponês do campo em forma de resistência e modo de vida.

Pois entende-se, no percorrer da disputa pela terra, nesses períodos de mais de 30 anos, as posturas mais truculentas e repressivas em que a empresa começou a executar a partir de 2010, no ano de 2012, e que, o Grupo Empresarial, começou a utilizar de ameaças contra a vida das lideranças das comunidades, como forma de amedrontar e expulsar os camponeses do território.

Chega-se a algumas conclusões acerca dos conflitos socioterritoriais em Codó: a falta de uma verdadeira reforma agrária de base, órgãos públicos, como o INCRA e a Fundação

Palmares na escala da união e o ITERMA na escala estadual, que deveriam atuar na realização de uma verdadeira reforma agrária, uma vez que estão sucateados e enfraquecidos e, muitas vezes, cooptados pelo governo federal.

A CPT, em diversos de seus relatórios anuais, tem colocado em Codó, no Maranhão, em primeiro no *ranking* dos conflitos agrários e, principalmente, de assassinato no campo. Isso mostra que pouco ou nada se tem feito para minimizar tais problemas e acabar com os conflitos e mortes no campo.

Desta forma, a pesquisa mostrou-se de suma importância para a compreensão e entendimento da dinâmica socioterritorial, que envolve os camponeses no recorte empírico da pesquisa, a instalação do complexo agroindustrial na microrregião de Codó, bem como a base para um aprofundamento na análise dos conflitos e entraves que envolvem os municípios.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire (1997)

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. S. **TRABALHO ESCRAVO E A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM CODÓ MA**. Monografia (bacharelado em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão. 2020. 57 p.
- CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.
- CABRAL, D. **A batida do tambor contra a tropa do trator** – da resistência do povo de Queimadas, quilombo de Codó-MA, contra o Grupo Costa Pinto. 13/05/2014. Disponível em: <http://goo.gl/2rGSQZ>. Acessado em: 15 jul. 2014.
- CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o Campesinato**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CARVALHO, H. M. COSTA, F. A. Agricultura Camponesa. In; Caldart, R. S. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 32 – 40.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo no Brasil** – 2016. CPT: Goiânia, 2019, 184p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo no Brasil** – 2017. CPT: Goiânia, 2016, 147p.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural uma antologia**, vol 1. Ed UERJ, 2012, p. 20.
- FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Londrina, 2007.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'Água, 1997.
- FERRETI, M. **Encantaria de "Barba Soeira", Codó, capital da magia negra?**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. MA – Comunidades quilombolas de Queimadas, Três Irmãos e Monta Barro lutam por reconhecimento e regularização fundiária de território**. São Paulo – SP. 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ma-comunidades-quilombolas-de-queimadas-tres-irmaos-e-monta-barro-lutam-por-reconhecimento-e-regularizacao-fundiaria-de-territorio>. Acessado em: 20 fev. 2021.
- FONTANA, M. **O Brasil precisa de uma revolução socialista: teses programáticas**. In Fontana. M (Org). Ed. Sundermann. Bela Vista - SP. 2018.

GOOGLE EARTH PRO. **Localização do município de Codó no Maranhão.** 2021. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place> acesso em 02 de jan. de 2021.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território.** Boletim Campineiro de Geografia, vol. 2, nº 3, 2012. p. 523-545

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Harvey, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1998.

HARVEY, D. *Breve historia del Neoliberalismo.* Ed. Askal, S, A., Madrid. 2007, p. 20

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativa populacional 2020 IBGE – CODÓ.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/historico> acesso em 15 de nov. de 2022.

JM Entretenimento Cultural, **Tereco de Codó no Terreiro do Mestre Bitá do Barão - Codó/MA.** 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XNSMFmgylyA> Acesso em: 27 de nov. 2022.

LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica.** Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LÊNIN, V. I. **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky.** 1918, Editorial Kommunist, Moscovo. (Tradução: versão das Obras Escolhidas de V. I. Lênine Edição em português da Editorial Avante, 1977, t3, pp 1-75 Traduzido das O. Completas de V. I. Lênine 5ª Ed. Russo t.37 pp 235-338).

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** In: Temas de Ciências Humanas. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MACHADO, J. B. **Codó - Histórias do Fundo do Baú.** São Luís: FACT/UEMA, 1999.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. Terra de negócio e terra de trabalho. In: MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.” In: Marx, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti.* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos.* Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo – SP, Ed. Boitempo 1º edição 1998.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular, 1.ed. – São Paulo, 2011.

NOVACK, G. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**. (Tradução: Valdemir Lisboa dos Santos, 1988) Ed. Rabisco Criação e Propaganda Ltda. 1968. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/index.htm>. Acesse em: 14 de nov. 2022.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Revista Estudos Avançados. 15º, 2001.

OLIVEIRA, R. A. **A Concepção de Trabalho na Filosofia do Jovem Marx e suas Implicações Antropológicas**. São Paulo: Kínesis, Vol. II, nº 03, Abril-2010, p. 72 – 88

PISCIOTTA, K. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Prefeitura de Codó (MA). **Dados do Município**. 2014. Disponível em: <http://www.codo.ma.gov.br>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2016.

Rodrigues, V. V. **Desenvolvimento do agronegócio e o (des)envolvimento do campesinato – território e conflitos agrários em Balsas – MA: O caso do assentamento Gado Bravinho**. São Luís, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Ed USP, ED. 4ª São Paulo-SP, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 1º Edição. Ed. Redord, São Paulo - SP, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. SP: Expressão Popular, 2007.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, F. de Cultura Económica, sociedade e meio ambiente. São Luís: Editora UEMA, 2018.

SODRÉ, R. B. **AS (RE) FORMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA MARANEHENSE: multiplicidades e singularidades nos assentamentos Cigana e Cristina Alves - Itapecuru Mirim – MA**, (monografia) UEMA; São Luís – MA, 2015.

SOUZA, J. J. F. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Pp. 77-116

TAUSSIG, Michael T. **The Devil and commodity fetishism in South America**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP, 2009.

TERRA, A.; RODRIGUES, V. V. **Conflitos socioterritoriais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas Maranhão**. In: SANTOS, L. C. A. et al. (Org.) **Geografia: Trabalho, sociedade e meio ambiente**. São Luís: Editora UEMA, 2018.

WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. São Paulo – SP. **Ambient. soc.** 10 (2) • Dez 2007.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E MATEMÁTICAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E
MOVIMENTOS SOCIAIS – GEPQAM

APÊNDICE A- Roteiro das entrevistas realizadas com entidades de apoio/classe e com camponeses

ENTREVISTA

- 1- Nome?
- 2- Entidade?
- 3- Número de sócios?
- 4- Principais bandeiras de reivindicações?
- 5- Empresas/entidades parceiras?
- 6- Parceria com o estado?
- 7- Relação com os fazendeiros do município?
- 8- Conflitos, como tem sido resolvido, quais ações?
- 9- O que muda com a nova conjuntura política do Brasil?
- 10- Situação das comunidades tradicionais atualmente no município?